

Ainda a esperar: escola pública como dispositivo da rede de apoio aos casos de violência contra crianças e adolescentes

Joana D’Arc Ferreira da Silva¹, Pedro Igor Guimarães Santos Xavier², Simone Ferreira de Assis³, Viviane da Costa Gomes⁴

Resumo

O presente artigo apresenta uma proposta de pesquisa ainda em fase de implementação. O objetivo desse estudo é compreender a função da escola pública como um dispositivo essencial de apoio à rede de atenção à criança e adolescente vítima de violência. Em uma abordagem qualitativa de análise, esta pesquisa se baseia na pedagogia de Paulo Freire, entrelaçada à saúde coletiva na perspectiva da territorialidade. Para isso, recorreremos à investigação exploratória aplicada de forma dedutiva, como coleta de dados e contextualização da temática, por meio da literatura disponível em plataformas *online*. A discussão e os resultados são frutos de uma análise crítica, baseada no conceito Freiriano de ação-reflexão-ação. Acreditamos que a educação em saúde, junto às instituições de ensino público, proporcionará, às crianças e adolescentes, um ambiente de troca de afetos e saberes, bem como proteção e prevenção delas próprias em suas comunidades.

Palavras-chave

Escola. Educação. Violência. Esperançar. Afeto.

¹ Especialista em Clínica Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil; psicóloga no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de São José da Lapa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: jdferreira@aluno.fiocruz.br.

² Especialista (Residência Médica) em Pediatria pela Fundação Benjamin Guimarães, Hospital da Baleia, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campi Betim e Contagem, Brasil; médico pediatra pela Atenção Primária no município de Contagem, Minas Gerais, Brasil. E-mail: guimaraespedroigor@gmail.com.

³ Mestranda em Saúde Coletiva no Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Minas Gerais, Brasil; supervisora pedagógica da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: simonefa.ead@gmail.com.

⁴ Especialista em Saúde Mental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil; psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Luz, Minas Gerais, Brasil. E-mail: viviscg@gmail.com.

Still hoping: public school as a support network device for cases of violence against children and adolescents

Joana D'Arc Ferreira da Silva⁵, Pedro Igor Guimarães Santos Xavier⁶, Simone Ferreira de Assis⁷, Viviane da Costa Gomes⁸

Abstract

This article presents a research proposal still in the implementation phase. The objective of this study is to understand the function of the public school as an essential device to support the care network for children and adolescents who are victims of violence. In a qualitative analysis approach, this research is based on Paulo Freire's pedagogy, intertwined with collective health from the perspective of territoriality. For this, we used exploratory research applied in a deductive way, such as data collection and contextualization of the theme, through the literature available on online platforms. The discussion and results are the result of a critical analysis, based on the Freirean concept of action-reflection-action. We believe that health education at public educational institutions will provide these children and adolescents with an environment for exchanging affections and knowledge, as well as protecting and preventing themselves in their communities.

Keywords

School. Education. Violence. To hope. Affection.

⁵ Specialist in Clinical Psychoanalysis, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; psychologist at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in the municipality of São José da Lapa, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: jdferreira@aluno.fiocruz.br.

⁶ Specialist (Medical Residency) in Pediatrics, Benjamin Guimarães Foundation, Hospital da Baleia, Belo Horizonte, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais, Campi Betim and Contagem, State of Minas Gerais, Brazil; pediatrician for Primary Care in the municipality of Contagem, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: guimaraespedroigor@gmail.com.

⁷ Master degree student in Collective Health at the René Rachou Institute, Oswaldo Cruz Foundation, State of Minas Gerais, Brazil; pedagogical supervisor at the City Hall of Santa Luzia, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: simonefa.ead@gmail.com.

⁸ Specialist in Mental Health, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; psychologist at the Psychosocial Care Center (CAPS) in the City Hall of Luz, Minas Gerais, Brazil. E-mail: viviscg@gmail.com.

Introdução

Caro Paulo Freire,

Já se passaram mais de duas décadas desde a sua partida, e ainda nos surpreendemos imensamente com a pertinência de sua obra neste mundo dito pós-moderno. Seu legado nos inspira!

Sentimos e desejamos as mudanças a cada revisita às suas obras. Sabemos que sua trajetória não foi fácil! Quando criança, você enfrentou muitas dificuldades. Perdeu o pai, encarou os desafios impostos pela vida e brilhantemente realizou seu sonho de uma educação transformadora. Devido à sua contribuição e sua atuação no âmbito educacional, você foi considerado “subversivo” e sofreu com o Golpe Militar de 1964, sendo exilado e retornando ao Brasil apenas em 1980, com a Lei da Anistia. Mas, por onde você andou, semeou a esperança (ARELARO; CABRAL. 2019).

Saudoso Paulo Freire, você educou com primazia, ensinou aos mais humildes, alfabetizou e realizou seu sonho de ser exímio professor. Cremos que seu maior legado foi o de ensinar a sonhar e a lutar pelos nossos direitos e os direitos do outro (ARELARO; CABRAL. 2019). Nesse sentido, “Ainda a esperar”, que intitula o presente estudo, propõe apontar caminhos para uma educação emancipadora, imbuída de compromisso social e amor aos educandos. Especificamente, nosso objetivo é compreender a função da escola pública como um dispositivo essencial de apoio à rede de atenção à criança e ao adolescente vítima de violência.

Nesse sentido, Paulo Freire, sua teoria nos influencia, pois ela ressoa entre aqueles que educam, que choram impotentes diante do sofrimento de uma criança, de sua realidade e de sua condição no mundo. Em uma de suas obras, você cita que “ninguém liberta ninguém, nem ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão!” (FREIRE, 1970, p. 25). Pensando nisso, percebemos que as demandas apresentadas aos educadores, principalmente dentro das escolas, são tantas que, por vezes, temos a impressão de que eles ficam paralisados, sem ação. Dessa forma, a questão que nos norteia é: como capacitar os profissionais de educação em uma escuta especializada diante da suspeita de eventuais cenários de violência contra a criança e o adolescente? Acreditamos que é preciso outro olhar na atuação desses profissionais em parceria com a escola, contribuindo para que esse espaço continue a ser um dispositivo de apoio aos educandos, às suas famílias e às comunidades em geral.

Contudo, o problema que nos afeta a todo o momento e nos mobiliza é a busca pelo enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. A solução estaria nos afetos? Não temos tanta certeza. Entretanto, Chalita (2008) afirma que seria ingenuidade da nossa parte, enquanto sociedade, distanciarmos a educação e seu processo de aprendizagem e ensino do afeto propriamente dito. Isso, para ele, é acreditar que o afeto não tem poder em modificar o comportamento de alguém. Todavia, para ser um educador, mesmo com todos os seus dissabores, é preciso tê-lo. Sendo assim, percebemos que, diante do nosso olhar, arcabouço profissional e técnico, o afeto, existente e tão presente nas relações entre os professores e alunos, proporciona vínculo, laço social, amizade. Assim, acreditamos que ainda é preciso mais de nós!

Pensar na dimensão do ser humano no ato de ensinar nos leva a ponderar sobre os sentimentos dos educadores e os desafios, pois os seres humanos englobam as facetas das dimensões do ser no mundo (CHALITA, 2001). Precisamos, portanto, traçar um perfil de cada aluno, considerando seu contexto bio, psíquico, histórico e social, além de transgeracional (de geração para geração) e intergeracional (entre gerações coincidentes naquele espaço de tempo). Além disso, a continuidade do processo de aprendizagem existente na relação entre o professor e o aluno deverá ser permanente, tal como nos ensina Chalita (2001).

Ainda conforme o autor afirma, dessa aprendizagem libertadora, tanto os professores quanto os alunos encontram vigor para prosseguir (CHALITA, 2001). Acreditamos que, desse vigor, devemos buscar os caminhos para esperar e encontrar, no seu legado, as construções possíveis para uma escuta e olhar empático sobre nossas crianças e adolescentes.

Uma das referências que nos motivou a escrever inicialmente sobre o tema, meu caro, foi França (2010), que nos aponta que a construção de políticas no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes vem sendo discutida há décadas. Como exemplo, no ano de 1989, a Organização das Nações Unidas decretou a Convenção sobre os Direitos das Crianças e, posteriormente no Brasil, ocorreu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Nesse sentido, a temática de violência na infância e adolescência tem provocado demasiadamente as entidades e órgãos públicos responsáveis pela atuação na defesa desses sujeitos.

Na escola, por sua vez, espaço tão bem compreendido e explorado por você, percebemos que há possibilidades de a considerarmos como um lugar, um pedacinho de chão no mundo, com poder de acolhida aos sujeitos sociais em uma esfera simbólica, tal como nos afirma Bourdieu (1989). Assim, precisaremos reconhecer e mapear esse território no qual a escola está inserida, além de capacitar os profissionais de educação para atuarem diante da temática, bem como desenvolver ações e intervenções por meio da arte, com oficinas e dinâmicas

diversificadas, visando a resgatar os sofrimentos associados a cenários de violência. Ainda, acreditamos que esse território possibilita corroborar com questionamentos sobre seu funcionamento, no sentido de ser um dispositivo de empoderamento aos alunos, principalmente quando eles buscam apoio no campo psicossocial.

Para Chalita (2008), a escola, como uma instituição de ensino, também pode ser considerada como uma corrente de pensamento em que se constroem conhecimentos padronizados. Nesse sentido, a escola, além de representar uma rede socioinstitucional que incorpora necessidades significativas do território no qual está inserida, é, também, um local de sociabilidade, permitindo a interação e interrelação entre seus atores sociais, comunidades e instituições públicas. Isso significa que a escola é uma rede social estruturante da vida social de cada um que por ela circula, sendo necessária para a formação do indivíduo e fundamental para a constituição de políticas públicas (MARTINS; FONTES, 2004).

Foi no *acabrunhamento* do tema que nos afeta, violência contra crianças e adolescentes, que nos lembramos do relato feito em *Pedagogia da Esperança*, quando Elza sabiamente te afetou sobre as várias tramas vividas no mundo. Dar voz ao outro potencializa pessoas e palavras, não é mesmo? Esta foi nossa questão: pensamos que dar voz às crianças e adolescentes é uma maneira de tirá-las da invisibilidade, convocando-nos a problematizar meios eficientes, participativos e intersetoriais de promoção, aliando práticas educacionais e de saúde, ampliando o olhar desses profissionais para a importância de se pensar na construção e no fortalecimento de políticas e leis como forma de garantias de direitos.

Queremos entendê-los, Paulo! Queremos sair da desesperança! Muitas indagações foram surgindo, como a possibilidade de desenvolver estratégias de inclusão, considerando o princípio da equidade do Sistema Único de Saúde. Aguçando nossos sentidos, o estado de ânimo foi nos tomando aos poucos, e observamos que, dentro desse universo educacional e ampliando os diálogos entre profissionais e alunos por meio da escuta, mesmo sabendo de antemão que a escola é palco de expressão das relações sociais e culturais, poderíamos esperar novamente.

Metodologia

A proposta de pesquisa apresentada neste artigo tem como base qualitativa e organizada os estudos da pedagogia de Paulo Freire, entrelaçada à saúde coletiva na perspectiva da territorialidade. Acreditamos que a educação em saúde junto às instituições de ensino público proporcionará a essas crianças e adolescentes um ambiente de troca de afetos e saberes, bem

como proteção e prevenção delas próprias em suas comunidades. Para Stake (2011, p. 25), “o estudo qualitativo é personalístico, é empático, trabalha para compreender as percepções individuais, busca mais a singularidade do que a semelhança e honra a diversidade”. Nesse sentido, para compreender melhor a escola pública como dispositivo essencial de apoio da rede de atenção à criança e adolescente vítima de violência, buscamos fontes de pesquisa de análise qualitativa bibliográfica.

Na pesquisa bibliográfica, para procedimento de coleta de dados e contextualização, foram realizadas pesquisas de literaturas inerentes ao tema, por meio de artigos científicos e livros disponíveis em plataformas *online*, como Scielo, revistas científicas e repositórios de Universidades. Portanto, foram pesquisadas as palavras-chave “rede combate à violência de crianças adolescentes nas escolas”, como critérios de inclusão, e foram selecionados artigos publicados a partir dos anos 2000.

A metodologia de análise qualitativa dessa fonte de pesquisa se baseia em procedimento monográfico, por meio dos conceitos expostos na pesquisa no “estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.108). Dessa forma, a análise discute as crianças e adolescentes em meio aos mais diversos cenários de violência e colocam-nos em responsabilidade, buscando refletir sobre os seus direitos e integridade nesses campos. Sobre a análise das relações entre a escola pública e as redes de atenção à violência contra a criança e o adolescente, Lakatos e Marconi (1991, p. 47) afirmam que:

A partir da análise de uma realidade segmentada procurou-se fazer generalizações aplicáveis a situações mais amplas. Isto permite que, a partir dos resultados obtidos pela análise de partes de um todo, se possa inferir aspectos de forma mais generalizada, conformados, entretanto, pela teoria e por resultados extrapoláveis que permitam a generalização.

Durante a investigação exploratória, Gil (2002, p.41) afirma que seu objetivo é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, dessa forma, respondendo a hipótese de que impactos sociais, familiares, culturais e, mais que tudo, individuais nos seres vitimados por formas quaisquer de violência são impossíveis de serem mensurados. Mais do que isso, por meio do atendimento especializado, torna-se necessário proteger os significados que aqueles tipos de agressão causarão aos seres vitimados. Todavia, a ressignificação dos sofrimentos é tarefa de longo prazo, demandando diversos agentes sociais, de forma transdisciplinar e intersetorial. Portanto, a investigação exploratória possibilita obter maiores ideias e informações inerentes à temática,

agregando, dessa forma, ao valor da pesquisa. O método de abordagem aplicado foi o dedutivo, que consiste em uma dedução da conclusão dos fatos, isto é, trata-se do raciocínio lógico empregado a partir das propostas. Gil (2002, p. 106) afirma que é a abordagem dedutiva que, “partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares”.

Finalmente, temos a construção dos “resultados e discussão”, que tratam sobre a educação, a saúde, a sociedade, o poder público e os demais agentes inseridos em um ambiente de troca de afetos e saberes. Para tanto, utilizaremos o conceito freiriano da ação-reflexão-ação como um movimento realizado entre o fazer e o pensar, o “pensar para o fazer” e o “pensar sobre o fazer”. A reflexão crítica permanente, segundo Freire (2001, p. 21), será a orientação prioritária “para possibilitar, que se voltando sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, vá se tornando crítica”, implicante do pensar certo, envolvendo o movimento dinâmico e dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Discussão e resultados que esperamos

Quão importante e necessário é saber escutar (FREIRE, 2001). Foi da escuta que nosso projeto nasceu de um incômodo comum, no que se refere à temática da violência contra crianças e adolescentes.

Ao relatarmos uns aos outros sobre o desenvolvimento e as experiências de nosso trabalho, descobrimos que as escolas com as quais temos contato, mesmo que em locais e municípios diferentes, apresentam a mesma queixa: como lidar com a violência contra crianças e adolescentes? São vários os exemplos em que há relatos de dores sentidas, mas que não são ouvidas, muito menos vistas.

Acreditamos que as escolas, ao se depararem com situações de violência entre os alunos – e, até mesmo, na vida privada de cada um que nela esteja inserida – precisam começar a se questionar. É fato que os afetos, por si só, não possuem soluções para as mazelas do mundo. Porém, é no emaranhado de afecções impulsionadas pelo afeto que nos reinventamos em busca de soluções ao que nos causa inquietação, tristeza e indignação.

A partir da ação-reflexão-ação, esperamos que haja a sensibilização, a capacitação e a implementação da proposta voltada aos profissionais de educação dessas escolas, assim como que esses estejam aptos e orientados em relação aos fluxos e encaminhamentos necessários aos casos identificados de supostas violências sofridas pelos alunos. Acreditamos que, para se

reduzir os casos de violência, é preciso agir por meio de estratégias de prevenção e promoção social e em saúde, produzindo, assim, uma abordagem metodológica a ser replicada em outras instituições de educação, fortalecendo ações de proteção aos alunos, às famílias e à comunidade.

Chalita (2008), por sua vez, chama-nos a atenção para o enfrentamento às agressões, humilhações, enfim, sobre a possibilidade de se evitar a violência utilizando a escola como meio de intervenção. Para o autor, a escola vai além de se aprender sobre fórmulas e soluções de problemas matemáticos, sendo, também, um espaço para se desenvolver habilidades pessoais e grupais de solução dos dilemas existenciais, como a violência. Ainda, afirma que:

Assim como os adultos, as crianças e os jovens também reagem de acordo com os estímulos, com as oportunidades e a atenção recebida. Quando recebem tratamento digno, reagem com dignidade. Quando ocorre o contrário, é provável que, por despeito, tenham vontade de desobedecer, de burlar as ordens, de transgredir as regras, de agredir, de sumir ou de fazer sumir alguém que os desumaniza, que os desvaloriza e que os faz sentir-se uma pessoa inadequada. (CHALITA, 2008, p. 192).

Pretendemos construir um “novo espaço” voltado a dar visibilidade a essas crianças e adolescentes, com apostas de se trabalhar o lugar da escola e deslocá-la do aparente estabelecimento, ali, de “não lugares”, escolas essas que acabam se materializando ao criarem espaços com pessoas sem relações identitárias de grupo, incapazes de se relacionarem. É preciso permitir que essas crianças e adolescentes categorizem o espaço onde circulam e consigam dar um estatuto de historicidade ao lugar da escola, tornando-a um local onde possam construir sua identidade e relação consigo mesmas (AUGÉ, 1994). Afinal de contas,

Parte do que somos é resultado do que o outro nos desperta. É decorrência do estímulo recebido. Há pessoas que têm o dom de despertar em nós coisas tão boas, sentimentos tão nobres que chegam a nos emocionar. São pessoas que se fazem especiais porque nos fazem sentir mais inteligentes, mais felizes, mais bonitos, mais importantes, mais valiosos, mais estimulados a enxergar as nossas qualidades, virtudes e talentos, e também nos encorajam a superar as limitações, a enfrentar os medos, a lidar com as inseguranças, sempre com a certeza de que não estamos sozinhos e podemos contar com alguém. (CHALITA, 2008, p. 192).

Para Chalita (2008), o desejo impulsiona a ação e provoca a reflexão. Portanto, é necessário que as perguntas sejam feitas e repetidamente analisadas. Vislumbramos, assim, a produção de uma abordagem metodológica que possa ser replicada em outras instituições de educação, fortalecendo dinâmicas populares de empoderamento e fomento de políticas públicas voltadas de forma eficaz para a proteção e promoção desses alunos em suas famílias, escolas e

respectivas instituições sociais. É preciso que se pense sobre os sujeitos que se deseja formar, o tipo de sociedade que se almeja construir, o que se ensina, para que e para quem. Precisa-se, também, refletir sobre como os profissionais, que lidam com seus alunos diariamente, não percebem ou, se percebem, não sabem o que fazer, como orientar e a quem recorrer. Será que os profissionais da educação estão seguros e preparados para escutar essas dores?

Diante disso, percebemos que o pensar na realidade psíquica dessas crianças e adolescentes e na recordação de experiências traumáticas vividas gera assuntos debatidos incansavelmente no âmbito das políticas públicas, na jurisprudência e entre os próprios profissionais. Contudo, é necessário fortalecer e potencializar a atuação nos espaços das escolas, com o objetivo de romper com os ciclos de violência, promovendo o tratamento e o desenvolvimento nos campos investigativo, de pesquisa, de acolhimento e de acompanhamento em parcerias com a Educação e Saúde, dentro de suas diversas demandas.

Destacamos, ainda, que a violência pode vir a ocorrer como negligência, física e sexual, psicológica ou moral (com a degradação e humilhação dessa criança e adolescente, ocorrendo quando o agressor silencia a vítima e faz calar o seu psiquismo) (PIMENTEL; ARAÚJO, 2006). A tipologia citada nos remete a pensar nas formas de segmentação do tecido social, no desmantelamento das relações familiares, no aumento da delinquência e na violência urbana (que ocorre extramuros da escola e que acaba ocupando o espaço interno). Sendo assim, para minimizar os riscos, França (2010, p. 35) afirma que,

Para se compreender o que se passa na cabecinha da criança que sofreu um ato violento por parte de um adulto, é necessário primeiramente entender o lugar do adulto perverso - termo predador psíquico apropriado para aquele que viola não o corpo, mas o espaço psíquico, a capacidade de sonhar e devanear daquela criança ou adolescente.

Nesse sentido, dentre as dinâmicas relacionadas aos cenários de violência, observa-se que há uma segmentação de vários serviços importantes para as populações mais vulneráveis, como saúde, transporte público e educação, sendo fatos que encerram, em si, forças que promovem o distanciamento social. Isto é, as consequências geradas a partir dos episódios de violência identificados no território tendem a provocar a cultura do medo e a incentivar um comportamento de afastamento um do outro (ANDRADE; SILVEIRA, 2013). Além disso, os pais e a escola cobram e responsabilizam um ao outro mutuamente em relação ao comportamento dos alunos, sem falar que a sociedade de modo geral exige que as instituições escolares declamem sobre os valores de solidariedade e o respeito ao próximo. Para Chalita (2008), seria muita ingenuidade de nossa parte acreditar que apenas uma dessas instituições

(escola, família e sociedade) pudesse isoladamente erradicar a violência. Assim, o autor acredita que o primeiro passo a ser dado é a parceria entre as instituições.

Por esse mesmo ponto de vista, acreditamos que a forma para se resgatar crianças e adolescentes desses cenários de invisibilidade e isolamento, trazendo à tona a subjetividade desses sujeitos, seria a proposta de parceria entre a Educação (Escola) e a Saúde (ferramentas do Sistema Único de Saúde e da Rede Intersetorial disponíveis, tais como Unidade Básica de Saúde, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, dentre outros), no modo de atuar e problematizar sobre demandas associadas às eventuais situações de abusos, quaisquer que estejam ali presentes. A construção de vínculos ou laços sociais heterogêneos, externos às suas famílias e vizinhança, como nos indica Andrade e Silveira (2013), entre os serviços públicos existentes no território e na escola – ponto central de circulação dos atores sociais (sejam eles profissionais, alunos e até seus familiares) –, contribuirá para a solução do problema identificado dentro da própria escola. Conseqüentemente, essa mobilização social influenciará no efeito-território existente, permitindo, assim, o acesso aos conhecimentos e valores diferentes dos já disponíveis, a construção de meios de ação pela proteção das crianças e adolescentes e a edificação de um novo espaço dentro da escola, na esfera do simbólico, para expandir demandas nesses cenários vividos.

Se queremos uma sociedade sem violência, principalmente contra nossas crianças e adolescentes, precisamos convocar a todos os atores sociais para uma escuta e olhar diferenciado!

Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. E o que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente. [...] O educador que escuta aprende a lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele. (FREIRE, 2001, p. 113).

Por sua vez, a escola poderá ser considerada como um lugar que proporciona um espaço de transbordamento às análises contemporâneas sobre o tema, sendo relevante entender e traduzir todas essas questões levantadas utilizando como ferramenta as artes. Dessa maneira, pautamo-nos na capacitação com foco em dinâmicas, oficinas e atividades diversas que envolvem estratégias de mudança e adaptação de práticas, direcionando um novo olhar e perpetuando espaços simbólicos e ressignificados para servirem à escuta livre, capacitada e interdisciplinar, revigorando o ambiente de trabalho educacional para atuação sobre a saúde

geral, social, física e mental dos alunos da Escola. Assim como Paulo Freire, acreditamos que, dessa maneira, regataremos a prática educativa humanizante.

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. (FREIRE, 2001, p. 120).

Como contribuição às práticas no cuidado em saúde, na sua forma mais ampla e integral, para o encontro de sentidos, produção de significados ou ressignificações de problemas relacionados às situações de vulnerabilidades, acreditamos que esse projeto possa se tornar uma ação permanente e popular. Esperamos expandir os limites de atenção aos cenários existentes de violência e suas consequências, fortalecendo a rede de apoio territorial.

Santos (2002) retoma a discussão de território para além do fundamento do Estado-nação e define sua utilização como determinante do conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado, que também incorpora novos recortes e se forma no período contemporâneo por lugares contíguos e lugares em rede.

Se partirmos do ponto de vista de que a noção mais comum do território tem a ver com um espaço geograficamente delimitado, que dá origem a estados, países, bairros e cidades, precisamos considerar, também, que essa configuração está em constante mudança ou adaptação às necessidades de cada tempo social. Se compararmos, por exemplo, o mapa do Brasil colonial com os mapas atuais, é possível perceber que há uma grande diferença na distribuição territorial desse período colonial para hoje. Essas alterações são frutos de disputa de poder, de posse de terras que caracterizam essas mudanças de território. Assim, não são as fronteiras ou limites administrativos que definem o território, mas, sim, o território, como um espaço socializado, é definido a partir das disputas de posse e de poder. A ocupação de um território traz modificações não só nos limites geográficos, mas em outros aspectos.

Dessa forma, é necessário observar cada território em sua particularidade, com seu perfil epidemiológico e demográfico, bem como suas características culturais, sociais e econômicas, sendo tais informações essenciais para as equipes envolvidas nessa ação. Conversar com as pessoas que lá vivem e se apropriar dessas informações trará maior possibilidade de preparação desses profissionais, que também fazem parte desse território (HAESBAERT, 2007).

Seguindo essa linha de pensamento, o projeto proposto busca abranger meios de acolher, de identificar, de ouvir, de observar e de compreender as realidades dessas crianças e adolescentes, bem como dos profissionais de educação, levantando temáticas locais e individuais - em especial na esfera da saúde mental.

Promovida pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), a pesquisa Violência autoprovocada na infância e na adolescência identificou 15,7 mil notificações de atendimento ao comportamento suicida entre adolescentes nos serviços de saúde no período de 2011 a 2014. O perfil que mais se destacou foi do sexo feminino, de 15 a 19 anos, de pele branca. O estudo revela ainda que é na residência o local mais frequente desta ocorrência e na região Sudeste. Fatores como violência doméstica, falta de cuidado e diálogo afeta diretamente a chegada a esse limite. De acordo com dados do estudo, as famílias pesquisadas têm histórias de rejeições, maus-tratos físicos, agressões verbais, violência sexual, uso de álcool e drogas. A história pregressa de entes próximos, como amigos, familiares e vizinhos, também foi fator detectado na pesquisa. (TAVARES, 2022, p. 2).

Grasiele Nespoli, professora e pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz (EPSJV/Fiocruz), citada por Tavares (2022), enfatiza sobre a importância do papel da escola na vida dessas crianças e adolescentes. Para a pesquisadora, a escola representa um lugar de constituição de formas diversas de sociabilidade, bem como de construção e de desconstrução da formação psíquica do ser humano. Além disso, Coelho e Vargas (2021) afirmam que é possível identificar instâncias de participação desses agentes sociais por meio das redes sociais, quer sejam por interesses de saúde, educacionais, ambos ou socioculturais, evoluindo em seus processos de pertencimento.

Dentro dessa perspectiva, devemos lembrar que “qualquer território se acha submetido a alguma fronteira, linha de demarcação que manifesta os confins socioespaciais de qualquer agrupamento social” (RAFFESTIN *apud* AMBROZIO, 2013, p. 4). Entendemos, portanto, que o território se apoia no espaço, mas não diz do espaço propriamente dito (RAFFESTIN, 2013). Posto isso, vale a pena destacar que a identificação de áreas de risco daquela região também é fundamental para o planejamento da ação. Condições de saneamento ruins, falta de esgotamento sanitário, falta de acesso, tratamento de água, poluição, tráfico de drogas e violência: todas essas situações potencializam uma área de risco. Essas observações permitirão detectar algumas inadequações na limitação territorial.

De fato, o território está em constante transformação, fazendo dele um lugar dinâmico, e não estático. Desse modo, Gondim e Monken (2017) afirmam que o território permite a compreensão sobre o modo de vida de seus moradores e a maneira como se relacionam e

organizam-se. A escola, por sua vez, pode ser vista como um lugar promissor para trocas e empoderamento, como um espaço vivo que fomenta a participação social, os engajamentos, as reflexões sobre as esferas de poderes hegemônicos e, por conseguinte, a ruptura contra quaisquer formas de opressão. A especificidade da escola dentro daquele território em que está inserida, conforme Raffestin, citado por Ambrozio (2013), colocar-nos-á:

o poder territorial está exatamente disposto nessa espacialidade microscópica relacional, engrenagem sem local exclusivo, mas espacialmente liquefeita, por conseguinte, móvel, transitória e sem campo privilegiado de conquista. Expressão dessa maquinaria espacial é a sua consequente territorialidade, valendo “[...] totalidade de relações biossociais em interação”. Ou seja, assinalando “biossocial” para se compreender territorialidade como resultante de relações estabelecidas pelos fatores microscópicos espaciais referidos. (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Assim, pretendemos reforçar os vínculos biopsicossociais dentro desse território, utilizando-nos do espaço escolar em uma parceria interdisciplinar inovadora, permanente e popular. Nossa proposta está pautada em uma prática reflexiva, de cocriação de cenários, de dinâmicas e de intervenções (atentas ao olhar dos agentes sociais), atuando dentro das perspectivas e características intrínsecas ao território, dotado de suas próprias redes como elemento estrutural e peculiar. O diálogo intersetorial e interdisciplinar permanecerá como base dessa parceria pré-estabelecida, atuando diante da observação da necessidade de eventuais modificações nas intervenções propostas, respeitando sempre as inter e intra-relação existentes.

Considerações finais

Depois de trilhar esse caminho, foi no devir das coisas do mundo, de nossas posições sociais – ora como pessoas no seio familiar, ora como profissionais no mundo do trabalho, ora como entusiastas da educação e da saúde – e, até mesmo, nesse grupo unido pelo afeto e pelo acabrunhamento, que essas tantas camadas se entrelaçaram.

Exercitar o pensar em meio a tantas teias sociais e no coletivo não foi tarefa fácil. Às vezes, por limitações diversas, estávamos estanques, difíceis de se harmonizar, mas o afeto se tornou o *start* necessário para que o movimento que reverbera no mundo o desejo de esperar seja meta para a vida como um todo, e não apenas para as questões de violência.

A violência, nesse caso de crianças e adolescentes, é uma realidade que não se fala, não se envolve. O Estado e a academia também não dão conta de todas as ações necessárias, e as entidades menos ainda. Precisamos criar modos de emancipação de cuidado que coloquem

saúde para fora de dispositivos de saúde formais, como, por exemplo, Unidades Básica de Saúde, pronto-atendimentos, hospitais etc.

Acreditamos que a construção da saúde integral virá de uma cultura voltada para o afeto e o cuidado, com todas/os cientes dessa busca. Existindo falha, qualquer aresta social estará pronta a redirecioná-la. Se não houver a ciência de tal realidade, sem o cuidado adequado e direcionado, os casos de violência acabam, de fato, misturando-se à rotina de maneira imperceptível, seja na maca ou no leito de algum lugar. Paulo Freire já nos provocava sobre o que dizer e, principalmente, o que esperar de nós se, como médicos, professores, psicólogos e gestores, não nos encontrássemos tomados por esses outros saberes, em que se inclui o de que precisamos estar abertos “ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participamos” (FREIRE, 2001, p. 141).

Assim, a inexistência de intersetorialidade entre a Saúde e a Educação pode reduzir imensamente a abrangência de ações a partir da intervenção por uso coletivo e competente do espaço escolar, bem como diminuir os potenciais patamares de poder simbólicos advindos disso. Pode-se, assim, gerar inúmeros problemas e agravos, conforme abordamos anteriormente. Os profissionais da educação, não estando devidamente capacitados, encontrarão dificuldades em identificar e propor abordagens e condutas em relação aos eventuais casos de violência sofridos por crianças e adolescentes, mesmo que estejam diante deles nessas situações. Sendo assim, sugerimos que seja construída uma relação entre profissionais da saúde e da educação, com o intuito de estabelecer uma estratégia nos setores, a fim de programar ações de capacitação em conjunto no território, apresentando orientações e diretrizes preconizadas ao acolhimento, ao manejo e aos fluxos no âmbito do Sistema Único de Saúde. Além disso, é importante que essas capacitações transmitam aspectos teórico-práticos (intersetoriais) e utilizem de ferramentas que contribuam com a prevenção e com os aspectos relacionados às violências.

Por fim, ao elevar o espaço da escola à posição simbólica de ancoragem para iniciativas que fomentem e reforcem as construções identitárias, serão constituídas, por cocriadores daquele espaço, novas diretrizes e vínculos sociais saudáveis que fortaleçam a convivência harmônica e preservem os direitos das crianças e adolescentes ali presentes, empoderando-os nas suas vozes e em suas condições de cidadania plenamente vivenciadas.

Referências

- AMBROZIO, J. O conceito de território como campo de poder microfísico. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17934>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- ARELARO, L. R. G.; CABRAL, M. R. M. Paulo Freire: por uma teoria e práxis transformadora. 2019. In: BOTO, C. (org.). *Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados*. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 267-292. DOI 10.7476/9786558240273.0013. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs>. Acesso em: 15 maio 2022.
- ANDRADE, L.; SILVEIRA, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402, maio-ago. 2013.
- AUGÉ, M. **Dos lugares aos não lugares**. In: *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.
- COELHO, P.; VARGAS, J. **Desafios da participação social no enfrentamento da dengue, zika e chikungunya**. 2021. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/desafios-da-participacao-social-no-enfrentamento-da-dengue-zika-e-chikungunya/>. Acesso em: 30 maio 2022.
- CHALITA, G. **Pedagogia da amizade: bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Gente, 2008.
- CHALITA, G. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.
- FRANÇA, C. P. (org.). **Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil**. Rio de Janeiro: Imago, 2010.
- FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONDIM, G. M. de M.; MONKEN, M. **Território e territorialização**. In: GONDIM, G. M. M. *et al.* (org.). *Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p. 21-44. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro1.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. DOI 10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 20 maio 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

PIMENTEL, A.; ARAUJO, L. S. **Violência sexual intrafamiliar**. Rev. Para. Med., Belém, v. 20, n. 3, p. 39-42, set. 2006. Disponível em:

http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01015907200600030008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 5 jun. 2022.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: Globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 15-20.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Tradução de Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

TAVARES, V. **Saúde mental**: especialistas falam sobre os desafios no cuidado de jovens e adolescentes. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/saude-mental-especialistas-falam-sobre-os-desafios-no-cuidado-de-jovens-e-adolescentes>. Acesso em: 31 maio 2022.

Submetido em 29 de agosto de 2022.

Aprovado em 21 de outubro de 2022.